

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

Responsável: Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming

TORELLI, M. Tre studi di storia etrusca. *Dialoghi di Archeologia*, anno VIII, 1974-1975, n.1: 3-78.

O desenvolvimento da Etrúria

O estabelecimento e as conotações culturais do primeiro período vilanoviano denotam um enraizamento definitivo de uma economia exclusiva e permanentemente baseada na agricultura entre as populações, na qual os fatores primordiais de desenvolvimento parecem consistir numa melhora das culturas de grãos e um desenvolvimento mais racional da criação de animais: a metalurgia, elaborada com base em modelos centro-europeus, desenvolve um papel econômico limitado, como provam ao mesmo tempo a relativa escassez de metal trabalhado e as uniformidades tecnológicas e formais dos produtos em uma área extremamente vasta. Não menos significativa é a homogeneidade da cultura em todo o território, ocupado por pequenos grupos de pessoas pertencentes a várias famílias com um notável tipo de solidariedade, a julgar pelo lugar comum de habitação, além do nível econômico-social comum.

Todavia, já no período inicial, no sistema de povoamento esparso, reconhecem-se agregados particulares de vilas, que coincidem com a situação urbana conhecida em época histórica: é a estrutura urbana em embrião, mantida unida por um fundo ambiental e topográfico comum. No segundo período vilanoviano, a partir do segundo quarto do séc. VIII a.C., essa estrutura começa a “funcionar”, no sentido em que ela exerce a função de centro substancial para acomodar as pessoas do campo, onde se realiza uma nítida mudança da população, acompanhada de uma equivalente e evidente cisão do corpo social em grupos dotados de maior riqueza e grupos de menores possibilidades econômicas. Na metade do séc. VIII a.C., a estrutura urbana está, portanto, funcionando, e com ela inicia-se um sensível incremento da metalurgia do bronze e depois do ferro. A esta época podemos, sem dúvida, atribuir o início da conhecida “talassocracia”¹ etrusca, destinada a manter o Tirreno por todo o séc. VII a.C., e, portanto, o interesse por todas as cidades nascentes para a atividade comercial No mesmo período, inicia-se um fenômeno de colonização de áreas diversas daquelas ocupadas no período precedente, sinal da evidente oscilação econômica e social e da necessidade de equilibrar o povoamento urbano com um povoamento agrícola: mas também este fenômeno (que se desenvolverá no período sucessivo, com reocupações de locais abandonados e com o crescimento de centros já ocupados) coincide com a definitiva qualificação dos centros urbanos como elemento motor da dinâmica sócio-econômica e como eixo para atividade extra-regional.

O período sucessivo, orientalizante, comumente é dividido em duas grandes fases, separadas entre si por um momento de recesso em torno da metade do séc. VII a.C. A

¹ Poder naval. Thalassa = mar.

primeira fase é caracterizada pelas mesmas tendências do último período vilanoviano, agora mais precisas. Do ponto de vista econômico, o crescimento é constante (mesmo se algumas cidades declinam e deixam lugar para outras de primeira grandeza), a distinção entre cidade e campo se acentua, difundem-se as atividades artesanais e se desenvolve a indústria metalúrgica com o nítido afirmar-se da indústria do ferro, enquanto o volume de importação de produtos orientais de metal precioso ou outros começa a crescer. A estrutura social se reforça: aparecem na área meridional (Tarquinia e Ceres) as primeiras inscrições, adota-se o tipo de tumba em câmara, com vários níveis de monumentalidade, enquanto onde, como em Ceres, a documentação é mais ampla, o suceder-se de tumbas em hipogeu,² da primeira metade do séc. VII a.C. até boa parte do séc. V a.C. num único túmulo, atestamos a existência de uma continuidade gentílica entre as famílias de status mais elevado.

Na segunda fase orientalizante, a estrutura sócio-econômica parece sofrer uma mudança sensível. O aumento das importações gregas e o desenvolvimento coincidente de uma produção cerâmica de massa são fenômenos estritamente associados com um crescimento da mobilidade social (atestada pelo ingresso sempre mais conspícuo de estrangeiros no contexto urbano, com plenos direitos e às vezes com elevado status social) e com uma aculturação sempre mais claramente ligada aos modelos gregos: modifica-se a forma tradicional da habitação e da tumba e contemporaneamente fixam-se elementos canônicos para a estrutura dos templos, adotam-se antropomorfizações das divindades segundo o modelo grego (os mitos heróicos e divinos gregos ladeiam o patrimônio religioso local), penetram elementos helênicos no costume, em toda a parte, desde as tradições dos banquetes aos *áthla*.³ A tática hoplítica⁴ introduzida neste período sanciona na organização militar o contraditório equilíbrio sócio-econômico e cultural do momento, que vê o crescimento paralelo da riqueza das classes aristocráticas e o alargar-se de segmentos intermediários (pense-se nas numerosíssimas tumbas não gentílicas de Ceres e Orvieto deste período e do sucessivo) veículos da cultura grega, na medida em que estão em contato mais direto com o elemento mercantil e artesanal helênico: a introdução do instrumento monetário primitivo, o *aes signatum*, no final deste período (c. 570 a.C.), é um indício ulterior da contradição do fenômeno.

O desenvolvimento dessa fase percebe-se por todo o séc. VI e parte do V a.C. Os reveses sofridos pelos etruscos no período entre a batalha de Aricia e o embate naval de Cuma, a liberação do controle direto ou indireto etrusco de parte dos territórios na península, a descida dos sabelos dos montes, o desenvolvimento de centros na planície padana e dos empórios do delta padano, o enorme crescimento da potência de Siracusa e o fim da *pax Pérsica* no Mediterrâneo oriental, são todos elementos, bem conhecidos pelo historiador, do “mal-estar” etrusco do segundo quarto do séc. V a.C. em diante, final da fase arcaica da história da Etrúria. Este “mal-estar” os arqueólogos há muito perceberam também através dos dados arqueológicos, como a contração das importações, a pequena atividade edilícia nas cidades e nas necrópoles, a provincialização da cultura figurativa, a escassez ou o baixo nível das produções cerâmicas locais, a diminuição das inscrições... O que nos força a destacar nessas circunstâncias, é que esta contradição econômica e política situa-se em plena coincidência com o violento embate entre patrícios e plebeus de Roma.

² Tumba subterrânea que reproduz modelos de habitações.

³ Prêmios concedidos para vencedores de lutas, disputas, concursos.

⁴ Hoplita, soldado de infantaria com armadura pesada, introduzida na Grécia.

Questões (Mabel)

Transformação da Etrúria, em poucos séculos, de uma organização sócio-econômica relativamente estável no período do Bronze em uma sociedade com organização de cidades-estados no período arcaico.

Visões de desenvolvimento associado à dependência de centros do Mediterrâneo oriental: Etrúria como periferia de centros importadores de matéria-prima. Estimativas de contatos.

A transformação vilanoviana no padrão de assentamentos na Itália Central. A formação dos centros vilanovianos.

O papel da metalurgia na esfera econômica.

Novos contatos com o Oriente num quadro de redes de troca de bens de prestígio.

Circulação e controle de bens de luxo

Período arcaico

1. As origens de Roma na documentação arqueológica

Os dados arqueológicos de Roma seguem, em grandes linhas, os das grandes cidades etruscas adjacentes, Ceres e Veios, com as quais dividiu muitos aspectos culturais. A diferença mais notável entre elas está em duas circunstâncias secundárias que parecem um dado característico de Roma: a primeira está no fato de Roma ser ocupada (como outros sítios laciais) desde o período do bronze, e, de forma estável e contínua, desde o séc. X a.C.; a segunda é a falta da homogeneidade topográfica presente nas cidades da Etrúria, que permite individuar um embrião urbano desde as origens. No caso romano, a avaliação dos dados econômico-sociais e materiais indica: por um lado, a posição favorável de Roma junto ao Tibre uniu no topo das colinas do Palatino, Velia, Esquilino, áreas diversas entre si e com diferentes topografias, grupos de origem diversa, como é de se esperar em uma zona crítica de fronteira; por outro lado, as mesmas exigências político-econômicas derivadas de uma aglomeração rápida e progressiva dos grupos, os levaram a organizar-se nos esquemas urbanísticos, jurídicos e sociais que as cidades etruscas vinham adotando nesse mesmo período e que eram um evidente ponto de referência para uma estrutura que, em Roma, tinha as mesmas funções.

As linhas políticas (para não citar as econômicas) que presidiram as atividades dos dois últimos reis “latinos” de Roma não deviam diferir muito das dos reis etruscos vizinhos: o interesse de grupos etruscos por esta cidade de fronteira dinâmica, portanto, não poderia faltar depois da infiltração precoce em Preneste (Palestrina),⁵ uma porta para a ambicionada via para a Campânia.

Por isso, é possível em grandes linhas adotar a documentação arqueológica da Etrúria meridional para suplementar a romana mais lacunosa, e empregar a documentação literária de Roma arcaica para tentar interpretar a muito lacunosa história arcaica etrusca: por outro lado, as comunidades de vilas das colinas romanas (como do resto do mundo latino) não são tão diferentes na sua estrutura daquelas das cidades etruscas de colina, ainda

⁵ Em Preneste foi encontrada a famosa tumba principesca de um etrusco Vetus, conhecida como tumba Bernardini.

que nelas não se encontre aquele aspecto “proto-urbano” próprio das comunidades etruscas. Mas a dinâmica social é a mesma, com cisões iguais do corpo social, mesmo incremento demográfico, transformações iguais do povoamento e das estruturas sócio-econômicas, pelo que, não é totalmente descabida a comparação.

2. Cúrias e tribos primitivas

São poucos, enigmáticos e contrastantes nossos dados sobre as cúrias, organização política primitiva do Estado romano. O que é possível afirmar com certeza é que as *curiae* representam um estágio muito arcaico da organização econômica, política e religiosa da sociedade.

O nível cronológico da instituição é certamente antiquíssimo, como demonstra a festa curial dos *Fornacalia*, dedicada à confecção do pão de farro.⁶ A antiguidade da festa, associada ao primitivo calendário romano, é certa e deve remontar ao segundo milênio, antes da introdução do *triticum durum*, conhecido já esporadicamente em contextos do período do Bronze final.

Do ponto de vista sociológico, é importante a série de informações de Varrão, conservadas por Dionísio de Halicarnasso, do qual sabemos que o nome das cúrias derivava de nomes de chefes ou de nomes de *pagi* (vilas) e que sua divisão interna não era gentílica, mas funcional, entre sacerdotes e liturgos.⁷ A correspondência com situações de outras comunidades arcaicas itálicas é evidente: a divisão social prevista pelas fórmulas arcaicas é a de ordens de sacerdotes e ordens de soldados, por sua vez divididos em *nerus sihitir ansihitir*, “homens armados de espadas e privados de espada” (os anciãos) e *iouies hostatir anostatir*, “jovens armados de lanças e privados de lanças”, esta última tendo uma semelhança perfeita com a divisão romana de *seniores* e *iuniores*. A relação das cúrias com o território como unidade de *pagus* é clara, assim como é claro que as *gentes*, enquanto tal, não pertenciam à cúria, somente os *oikoi* (vilas) e os *genera hominum*. O caráter igualitário original da estrutura da cúria é assegurado pelo rito peculiar das *feria stultorum* (festas dos tolos), que previa uma participação na celebração final das *Fornacalia* (*Quirinalia*)⁸ daqueles que “haviam esquecido” (em período recente) que pertenciam a uma cúria, independentemente de seu status.

Uma segunda fase da atividade das cúrias é a do “estado federativo”, isto é, o momento em que o número das cúrias foi fixado em trinta – em relação às três tribos dos *Ramnes*, dos *Titios* e dos *Luceres* – e, provavelmente, nos *triginta populi Albenses* (trinta povos de Alba): este é talvez o momento em que nasceu não Roma, mas o “nome” de Roma, sucedendo o nome de “Veliense”. A existência de duas fases na história política das cúrias é assegurada pela distinção entre *curiae veteres* e *curiae novae*. Ainda que as cúrias mais antigas tivessem nomes de lugares ou de culto e não nomes gentílicos, no seio da comunidade primitiva andava se firmando a tendência irresistível de tais grupos a adquirir poder maior em relação aos outros e a impor o próprio *nomem* às várias estruturas da sociedade: no momento, **cúrias** e **sacerdócios**, mais tarde, **tribos**.

⁶ Trigo vermelho, *triticum spelta*, tipo de trigo anterior à introdução do trigo de grão duro, *triticum durum*, cultivado habitualmente.

⁷ Do grego, *leitourgoi*, os encarregados dos serviços religiosos e públicos.

⁸ Festival em honra de Rômulo, que recebeu o epíteto de Quirinus após sua divinização.

A relação tribo-cúrias existe não só no plano numérico, também relevante: as cúrias fornecem as tropas de infantaria, as tribos fornecem as de cavalaria, as duas funcionando como estrutura do exército, e, enquanto as *curiae* perdem a sua relação original com o território, como células dos *pagi*, o *ager Romanus* é dividido segundo as tribos.

Muito se discutiu sobre o caráter dessas tribos, pois, como é sabido, existe uma possível relação delas com a formação do patriciado.... A última coisa a ser esclarecida é o caráter dessas tribos, se étnico ou gentílico. Se não se pode excluir um caráter étnico, dada a evidente mistura étnica e cultural da cidade, pode-se facilmente excluir que as tribos tivessem um caráter gentílico, pois não existem nomes de *gentes* que se relacionem minimamente, sob o aspecto linguístico, aos nomes de *Ramnes* e *Luceres*. As *gentes* estavam conquistando as *curiae* e não as *tribus*.

3. “*Gentes*” e “*clientelae*”

O aparecimento do fenômeno gentílico é característico desse período. O gentílico latino (como o etrusco ou o itálico) é, notadamente, um antigo patronímico:⁹ a sua forma linguística denuncia claramente a origem (certamente antiquíssima) do fenômeno na rígida estrutura familiar. É útil observar a situação da *gens* no âmbito do organismo político, jurídico e religioso das *curiae*, para determinar qual fosse a relação recíproca.

As cúrias tinham poder de intervenção em caso de testamento, de *enuptio* (direito de casamento fora do clã), de *adrogatio*¹⁰ e de *detestatio sacrorum* (maldições sagradas), ou seja, todos os casos solenes em que se pretendia romper um vínculo de tipo familiar. Não há nenhuma menção de uma intervenção das cúrias no momento da instituição de formas de dependências extra-familiares, ou seja, a clientela. A *gens* existe como entidade política somente após aquela primitiva divisão em classes, que é a instituição da *clientela*: uma vez que os *clientes* são *cives* (cidadãos) iguais aos outros, pareceria estranho que as *curiae*, órgãos associativos, sem dúvida originários, não tenham alguma influência na criação deste gênero de vínculo.

A existência política da *gens* é um fato conseqüente a uma divisão embrionária em classes, na qual um grupo familiar, com o poder econômico que adquire após ter submetido outros homens como *clientes*, se superpõe aos outros grupos, sobrepujando-os em poder e prestígio. A sequência cronológica deste fenômeno em relação às primeiras manifestações associativas é atestada pela criação das cúrias de nome gentílico, posteriores no tempo àquelas caracterizadas por toponímicos¹¹ ou por adjetivos não gentílicos.

As formas econômico-jurídicas da relação clientelística são obscurecidas pelas formulações do patronato mais tardias. Entre os elementos mais seguros está a faculdade de explorar a terra, em termos mais reduzidos, obviamente, do que para os próprios membros da *gens* (como seu status de *cives* deixa claro). Em troca, havia os deveres associados ao vínculo sagrado da *fides* (proteção recíproca). O primeiro entre todos esses vínculos, a participação nas ações políticas e militares da *gens*, como provam as fontes em várias ocasiões políticas. As fontes também ilustram a ampla *potestas* do *patronus* sobre o

⁹ Relativo a pai, especialmente quanto a nomes de família. Nome designativo de uma linhagem.

¹⁰ Adoção que comportava juridicamente a extensão de uma família: a passagem de um *pater familias* para a tutela de um outro *pater familias*.

¹¹ Nomes relacionados a lugares. Várias tinham nomes associados a localidades de Roma: *Veliensis* (Velia), *Forensis* (Fórum).

peculium dos clientes, cuja solidariedade com o *princeps gentis* se estendia em caso de delito, mas não falam de limitações à exploração da terra cultivada pelos clientes como *precarium* ou outras formas de direito privado: o *tributum* é reservado ao Estado, coerentemente à sua condição de *cives*.

A *debitio in fidem*, antiga forma de submissão dos vencidos, talvez de período pré-histórico, é uma instituição usurpada da tradição coletiva e constitui a ossatura ideológica e jurídica da instituição clientelística baseada na *fides*.

4. A plebe

A natureza econômica, política e jurídica da *plebs* como grupo social pode ser definida através dos objetivos da contestação anti-patrícia na lutas dos séculos V e IV a.C., que compreendem reivindicações político-sociais, como o *connubium* (casamento) e o *ius honorum* (direito a cargos ou funções), e reivindicações econômicas, como a abolição do *nexum* (escravidão por dívida) e a distribuição da terra. Os argumentos da resistência patrícia contribuem posteriormente para definir o caráter do grupo político plebeu: os plebeus não têm *gentes*, portanto a estrutura do Estado, baseada nos *auspicia* (autoridade, poder) nas mãos dos *patres*, na relação clientelística e no controle patricio do *ager publicus* dividido em tribos gentílicas, exclui os plebeus da gestão da coisa pública, mesmo obrigando-os a arcar com a defesa comum da cidade. Em uma palavra, os plebeus fazem parte do exército mas não têm o direito de comandá-lo. O movimento plebeu é provocado pelo instrumento de opressão econômica e política dos *patres*, formalizado na instituição da *gens*: a atividade “revolucionária” da *plebs* nasce de um processo de recessão econômica e da reação à tendência de grupos restritos de *gentes* a aproveitar, ou, então, a responder de maneira própria à recessão.

Assim definido em termos políticos e jurídicos o caráter da plebe, é oportuno caracterizá-la sociologicamente. As hipóteses que fazem da plebe um grupo de ex-clientes, de estrangeiros, de comerciantes, de artesãos, de pequenos agricultores são, ao mesmo tempo, todas verdadeiras e todas errôneas: o processo formativo da plebe foi certamente múltiplo e não único, nesse as várias componentes sociais foram agregadas por necessidades essenciais impostas pela falta de garantias políticas e jurídicas e, sobretudo, pelas dificuldades econômicas do momento. Para a clientela, a única maneira de esquivar-se das pesadas obrigações era a fuga: o fugitivo precisava de asilo material e político. A plebe, neste sentido, precede a existência de um eventual fenômeno de fuga das estruturas gentílicas, mas é também verdade que ao lado de pequenos agricultores não dispostos a cederem às obrigações clientelísticas, muitos fugitivos certamente engrossaram as fileiras plebéias. O artesão livre, o comerciante e o estrangeiro interessado em entrar na comunidade devem ter constituído o núcleo original da plebe.

A plebe é, portanto, expressão da estrutura urbana? A resposta é, sem dúvida, afirmativa, se pensarmos também na possível ligação entre tribos urbanas e número (e nome) dos *tribuni plebis* (tribunos da plebe); todavia, isso requer um esclarecimento, pois a plebe, mesmo sendo fundamentalmente (mas não exclusivamente) um fenômeno ligado à estrutura urbana, se aglutina, age, contesta em termos de oposição à cidade, enfatizando com secessões, locais de reuniões extra-urbanos, propostas de mudança de cidade, uma

segunda natureza não-urbana ou, se desejarmos, de periecia.¹² Isso pode talvez se explicar com dois fatos reciprocamente associados: o impulso “revolucionário” plebeu deve ter se transformado em ação a partir da ligação entre os novos deserdados e os grupos em posição intermediária (os *conscripti*¹³ e as *minores gentes*) já, em parte, inseridos na vida política e na estrutura urbana; em segundo lugar, é muito provável que tivessem residência fixa na cidade os chefes das *gentes*, cuja fortuna econômica se encontrava no campo. Neste sentido, podemos entender a luta patrício-plebéia como uma luta, entre tantas da história, entre cidade e campo: não é por acaso que todas as tentativas plebéias de obter terra por todo o século V a.C. serão um fracasso, e a única vitória do movimento anterior à *lex Licinia de modo agrorum*,¹⁴ a distribuição das terras em quatro novas tribos após a conquista de Veios, marcará também o início do processo definitivo de integração da plebe, no âmbito das instituições políticas e jurídicas urbanas, com as correções óbvias impostas pela nova aristocracia patrício-plebéia.

Propostas para uma interpretação

1. As fases mais arcaicas e as primeiras estruturas urbanas

Em linhas gerais, as fontes literárias e as arqueológicas ilustram duas sequências de acontecimentos ricos de semelhanças e de possíveis coincidências, que levam a tentar construir um quadro de conjunto dos desenvolvimentos econômicos e sociais.

A fase mais arcaica do povoamento da Etrúria meridional e do Lácio, no final do séc. IX a.C., pode se caracterizar como uma vasta série de comunidades agrícolas de vilas, de estrutura social aparentemente igualitária: aparentemente, pois os contextos arqueológicos das necrópoles deixam entrever apenas uma distinção entre homens-guerreiros e mulheres dedicadas à atividade doméstica, e, eventualmente, entre esses e os sacerdotes – se interpretarmos o ritual fúnebre em urnas de cabanas como um distintivo do elemento sacerdotal, alternativo ao funeral comum, em urnas simples. A distinção, já conhecida na Idade do Bronze final, encontra uma clara correspondência com a estrutura primitiva da cúria, que divide a sociedade em sacerdotes, guerreiros (com espada e com lança) e mulheres. No final deste séc. IX a.C., agrupamentos particulares de vilas em ambientes topográficos específicos indicam, porém, o início de uma fase “urbana”. Esta fase tem um dinamismo específico na área da Etrúria meridional que, em amplas zonas da península (coincidentes com os sítios históricos dos etruscos), estava envolvida num intenso processo “colonizador”, que partiu culturalmente de vilas da Idade do Bronze final “proto-vilanovianas”: o fenômeno de aglutinação urbana reflete-se na área lacial (onde é evidente a continuidade do ambiente com a Idade do Bronze) e, portanto, também em Roma.

¹² Propriedade dos periecos (*perioikoi*). No mundo grego, aqueles que habitavam fora do perímetro urbano e eram privados de direitos políticos.

¹³ Senadores.

¹⁴ A transformação das estruturas sociais e econômicas da República romana no séc. IV a.C. coincidiu com uma reforma da constituição e a emergência de uma nova classe governante. Essas mudanças resultaram de uma luta pelo poder que acompanhou a legislação de 367 a.C., decorrente de demandas da plebe concernentes à distribuição de terras, às dívidas e à admissão de plebeus no exercício do consulado. As demandas foram apresentadas por dois tribunos, C. Licinius Stolo e L. Sextius Lateranus em 376 a.C. Apesar da oposição e intransigência do patriciado, após dez anos de conflito, a crise terminou com as propostas aceitas, sendo estabelecido que um dos cônsules deveria ser sempre um plebeu.

A documentação arqueológica de Roma nesta fase revela alguma analogia com as fontes literárias sobre a situação sócio-econômica: a fase “proto-urbana” das *curiae veteres*¹⁵ não gentílicas – atestada pelas vilas espalhadas em alturas desiguais junto ao Tibre, com necrópoles talvez correspondentes a essas vilas esparsas –, parece coincidir com a “cidade Veliense”. A situação econômica, social e cultural da “cidade” não é diferente da situação das “cidades” adjacentes da Etrúria meridional, mas, com uma evidente riqueza menor e uma condição econômica mais atrasada.

A relação com o campo é evidente: a estrutura micro-celular do povoamento forma uma série de pequenas interconexões recíprocas dentro de vastas áreas geograficamente bem definíveis, e o elemento “protourbano” parece constituir uma espécie de eixo invisível dessa estrutura. Entretanto, nenhum indício preciso aponta a existência de repartições do solo menores do que aquele atribuível à área ocupada por uma vila, compreendida como unidade: nem as fontes nem a arqueologia esclarecem se, nesta fase “protourbana”, existisse outra propriedade do solo que não a coletiva, mas também não excluem a possibilidade.

A produção metalúrgica está em nítido aumento, mas, o tipo de desenvolvimento do século IX a.C. indica um progresso na agricultura.

2. O século VIII a.C. e o nascimento da aristocracia

No decorrer do século VIII a.C., as necrópoles das grandes cidades da Etrúria meridional mostram um gradual, mas, sensível aumento de população e de riqueza, ao qual corresponde uma gradual distinção entre pessoas dotadas de maiores meios econômicos e pessoas, evidentemente, de menor posse. Paralelamente a este fenômeno formam-se grandes círculos culturais mais avançados, precursores do que iria marcar o século VII, o nascimento das grandes culturas urbanas da Etrúria do sul, do Lácio e da Campânia, com nítido adiantamento em relação às zonas mais atrasadas do norte.

A estes dois fenômenos se alia um terceiro, não menos importante, constituído pelo abandono progressivo de boa parte das ocupações da primeira fase, que corresponde ao crescimento da população das áreas proto-urbanas, e destinado a ampliar-se ainda mais no século seguinte.

Estes três fatos podem ser interpretados como o desenvolvimento da estrutura urbana, ligado à emergência de uma aristocracia gentílica embrionária. Tal emergência realizou-se com a absorção pacífica e (talvez mais frequentemente) não pacífica de comunidades menores. Neste momento, ainda que de forma gradual, que se estendeu por todo o século, com nítida aceleração nas últimas décadas, pode-se fixar a primeira transformação das *curiae* de organismos políticos de comunidades territoriais de *genera hominum* em organismos de estrutura predominantemente gentílica e o início seguro de uma apropriação do solo coletivo por parte dos grupos organizados com base nas *gentes*.

Na segunda metade do século, o processo é acompanhado por um intenso desenvolvimento da metalurgia e pela chegada de artesãos gregos nas principais cidades da Etrúria meridional: o comércio se intensifica e coerentemente difunde-se a fama da atividade “pirata” dos etruscos.

¹⁵ *Veteres*, antepassados. Nome das cúrias mais antigas.

A estrutura urbana na Etrúria meridional e no Lácio está, portanto, virtualmente ativa, pelo menos a partir da metade do século, e, ao lado desta, também a formação econômico-social clientelística. Entretanto, é muito improvável que em Roma já existissem também as principais formas políticas próprias do século seguinte. É muito mais possível que esta fase em Roma possa ser considerada como um prolongamento da fase dos *populi Albenses* e que Roma fosse ainda conhecida pela antiga denominação de *populus Velenses* e em via de re-estruturação sócio-econômica ativa.

3. O orientalizante antigo e médio e a consolidação das cidades

No período entre 710 e 630 a.C., as tendências econômico-sociais do período precedente se consolidam em estruturas urbanas precisas, nas quais as *curiae* são fixadas em número de trinta, colocando as *novae* num único centro e estruturando o território em três tribos. O nascimento político da cidade foi sancionado pela correspondência numérica entre os *populi Albenses* e as cúrias, significando a correspondência integral entre *nomen* e *urbs*, elemento recorrente da política dos reis “etruscos” por todo o século VI a.C.: não é por acaso que nasce neste período o culto do herói mítico fundador do *nomen* em Lavínio,¹⁶ instituição imitada no Comício em Roma, adotando uma tumba da necrópole antiga e já abandonada do Fórum como *heroon* do ecista¹⁷ Rômulo. O processo de concentração urbana foi favorecido pela conquista das ocupações menores do Lácio e pela transferência de populações dominadas para Roma: segundo a tradição, Tulo Hostílio conquistou o antigo *caput* (topo, cume) do *nomen Latinum*, Alba, e transportou os habitantes para Roma, na colina do Célio, que se tornou também a sede das *curiae novae*. A importância de Tulo Hostílio na re-estruturação política, econômica e social de Roma é enorme: é significativa a oscilação das fontes com relação ao personagem venerado no *heroon* do Comício, considerado por uma parte delas como Osto Hostílio, avô de Tulo. A Tulo são atribuídas outras conquistas, assim como a Anco Márcio: entre as cidades conquistadas por este último está Politorium, onde escavações parecem demonstrar a veracidade do que afirma a tradição. Ao final deste processo, não há mais traços dos primitivos *populi Albenses*, englobados nas novas cidades: em seu lugar estão as grandes cidades do Lácio, Roma, Gabii, Preneste, Satricum, Ardea, Lavinium, Tibur, Setia, Tusculum, todas ignoradas pela lista de Plínio, mas presentes nas outras listas dos povos latinos do séc. VI ao V a.C.

As cidades crescem, mas nem por isso diminui a concentração no campo, iniciado no século precedente: constituem-se novos centros menores dependentes das cidades, parcial ou totalmente, reocupando algumas vilas abandonadas ou criando novas. A simbiose entre grandes e pequenas concentrações do habitat não pôde ser impedida, com uma única exceção: agora os grandes grupos aristocráticos tendem a estabelecer-se na *urbs* (cidade), deixando para os clientes o cultivo dos campos.

Entretanto, falta muito para a supremacia política gentílica estar estabelecida nesta fase. A divisão do território não foi, absolutamente, realizada por tribos gentílicas e o terreno de embate político permaneceu, até as reformas de Sêrvio Túlio, e, em parte, até o final do séc. VI, no interior das cúrias, que legitimavam o poder régio com o seu voto.

¹⁶ Conforme a lenda, Enéias fundou Lavínio.

¹⁷ Fundador da cidade, do grego *oikistés*.

Nesta fase incerta de supremacia intervém uma dupla mudança de estrutura que tornará necessária uma adequação das forças associativas e das instituições militares e políticas.

4. O orientalizante recente

Após o salto do séc. VIII a.C., o avanço qualitativo mais sensível ocorre entre 630 e 580 a.C.. Inúmeros indícios nas fontes literárias e na documentação arqueológica testemunham mudanças rápidas e radicais na estrutura econômica e social.

Na economia, o fato mais sensível é o da presença maciça de importações coríntias e greco-orientais, paralelamente à difusão em escala industrial de produções cerâmicas que imitavam as coríntias ou, então, derivadas de oficinas que operavam em base a modelos gregos: é significativo a esse respeito o registro da tradição sobre a chegada do nobre coríntio Demarato¹⁸ com sua “corte” de artistas e inventores, que coincide singularmente com a presença maciça de empréstimos dóricos (e, portanto, com toda a probabilidade coríntios) no etrusco arcaico.

Este movimento coincide, por sua vez, com a formação de grupos não desprezíveis de artesãos, unida a uma larga mobilidade pessoal, ao lado de uma equivalente elasticidade do tecido social: a reposição na sociedade devia ser bastante rápida e confirma amplamente a relativa precariedade das conquistas gentílicas.

Um fator a mais de importância capital desta fase foi a introdução progressiva da tática hoplítica, instrumento de mudanças radicais nas atitudes sociais e de ulteriores misturas no interior dos vários estratos sociais. A colocação do fenômeno neste período de notável movimentação social explica algumas dúvidas de historiadores e arqueólogos sobre um suposto comportamento diferente do mundo grego em relação àquele romano-itálico: dessas mudanças na sociedade nascia Sêrvio Túlio, assim como em Argos e em Corinto, Fidon e Cipselos (tiranos dessas cidades) que se escudavam na classe hoplítica.

Também a super-estrutura revela a existência dessas mudanças. O pequeno centro de Acqua Rossa, próximo a Viterbo, é uma paradigmática evidência desse fenômeno: a partir das últimas décadas do séc. VII a.C., as casas são construídas com fundações de blocos e rica decoração arquitetônica, com um tipo de planta totalmente novo em relação à antiga estrutura da cabana, enquanto uma espécie de palácio-templo da primeira metade do séc. VI a.C. pode talvez representar a sede oficial da *gens* e a sede dos *sacra gentilicia* (objetos sagrados gentílicos, usados nos sacrifícios). Ao mesmo tempo, o imponente processo de helenização da cultura tem início neste período, para registrar o seu fausto posteriormente no final do séc. VI a.C.. Isso pode ter certamente influenciado o costume político, introduzindo a forma de *etairia*¹⁹ no processo da adoção do banquete.

¹⁸ Demarato era um aristocrata coríntio que imigrou para Tarquínia e casou-se com uma nobre etrusca. Em Tarquínia alcançou as mais altas magistraturas. Seu filho, entretanto, teve dificuldades em subir na carreira política e transferiu-se para Roma a conselho de sua esposa etrusca. Em Roma chegou à mais alta posição, sendo o primeiro rei de origem etrusca Tarquínio Prisco. Esta é uma indicação da grande mobilidade social horizontal característica do período arcaico, mas que embora tenha quase se fechado nas cidades etruscas e latinas, teve continuidade em Roma.

¹⁹ Do grego *etairia*, associação de companheiros, camaradas. Particularmente em Atenas, associação política com tendências oligárquicas.

Os acontecimentos históricos de Roma desenvolvem-se no governo do primeiro dos Tarquínios. Os dados arqueológicos e literários sobre este soberano convergem para uma sua definição como um “proto-tirano”, preocupado com a realização de grandes obras públicas (Cloaca Máxima, Circo Máximo, fundação o templo de Júpiter Capitolino, a antítese e interpretação etrusca do santuário de Júpiter Lacial) e a uma vasta política de aquisições territoriais. Foi a ele atribuída pelas fontes a criação dos *patres minorum gentium*, corroborada pelas tendências do período e pela análise sócio-econômica.

Este crescimento da cidade, com a chegada de estrangeiros potentes (a dos Tarquínios é o exemplo mais característico), de artesãos mais modestos e de mercadores gregos ou gente itálica de áreas vizinhas e distantes, certamente não poderia continuar incessantemente sem um grave dano nas estruturas mesmas da cidade e no poder econômico das aristocracias, que já sofriam algumas fugas de clientes: nesta situação estava madura a obra de Sêrvio Túlio.

5. De Sêrvio Túlio ao fechamento do patriciado²⁰

Toda uma série de descobertas arqueológicas após a metade do séc. XX restituíram à figura de Sêrvio Túlio uma dimensão histórica que cem anos de hiper-crítica haviam retirado, relegando-o entre as figuras antigas de um passado pio, ou deslocando-o de cerca um século: as escavações no santuário de Fortuna no Fórum Boário confirmaram a atribuição do templo primitivo ao segundo quartel do séc. VI a.C. e, portanto, restituindo a Sêrvio a paternidade da obra, com toda a vasta bagagem dos significados ideológicos ligados a este santuário no limite entre *portus Tiberinus* e *urbs*, verdadeiro sacrário do *tyrannos* romano; foi também confirmada a cronologia alta²¹ do *aes signatum* que Timeu lhe atribuíu; é certa na sua época a existência das infantarias hoplíticas, como foi visto; as escavações de Lavinium revelam um trecho de muros urbanos da primeira metade do séc. VI a.C. que restituem veracidade à criação da grande cinta murada serviana, etc.

A figura de Sêrvio Túlio é centrada na sua origem e nas suas reformas. Quanto à origem, o contexto criado na zona entre a Etrúria meridional e a Campânia, no final do séc. VII, é eloquente: as origens humildes e as versões contraditórias sobre sua pessoa, ora comandante etrusco, ora filho de escrava, são imagens da grande mobilidade social da época.

Ainda que “filopopular” como *tyrannos*, a sua obra de reformador é ambígua. De um lado, favorece a ascensão de famílias de recente ou recentíssima formação, com um primeiro instrumento de tipo monetário, encorajando a criação de riquezas mobiliárias para a inserção na sua concepção timocrática²² do Estado; de outro lado, com uma série de construções de locais de culto (compreendidos seja como instrumento de propaganda política em relação ao mundo etrusco e latino, seja como solicitações de influências ideológicas gregas e orientais como sustentação do próprio poder interno) provoca o afluxo de novas forças econômicas e políticas do exterior, que, porém, são atestadas não na cidade, mas no exterior, no asilo aventinense (do Aventino) e nos santuários em torno da área

²⁰ O processo pelo qual os patrícios, no início da República romana, transformaram em monopólio o domínio político que já tinham em relação aos cargos de cônsules.

²¹ Cronologia alta significa que é referente a um período mais recuado do que o de uma cronologia baixa.

²² Poder censitário, baseado na classificação segundo as posses de cada cidadão. Do grego *timé* (censo) *krátos* (poder)

portuense (do porto Tiberino); ao mesmo tempo, organiza a cidade em regiões, fechando-a jurídica e fisicamente com a cinta de muros e, se acreditarmos em algumas fontes, com uma cinta de tribos rústicas quase inteiramente gentílicas, nas quais distribuiu *pagi*. Esta última circunstância marca em definitivo a prevalência das *gentes* sobre o território; e a exclusão do Aventino da cinta murada constitui, juntamente ao “fechamento” da cidade, uma vitória do ponto de vista gentílico, fato de importância capital para os desenvolvimentos do séc. V a.C..

Em todo o caso, a ambiguidade das ações servianas que favorecem de um lado a integração de grupos já presentes à época do primeiro dos Tarquínios e, em certa medida, a política anti-gentílica, e de outro garantiam a primeira vitória oficial das *gentes*, era, talvez, a expressão de um equilíbrio difícil entre cidade e campo e o próprio Sêrvio, quem sabe, não pudesse fazer mais: neste sentido, é verdade que no período régio e, talvez, até o fechamento do patriciado, não tenha havido uma verdadeira plebe, como grupo “recessivo” organizado em posição de defesa, mas existiam todos os pressupostos para a futura aglutinação do grupo.

A queda da monarquia nos últimos anos do séc. VI a.C. não é um fenômeno, como frequentemente se tem escrito, ligado à “decadência” do domínio etrusco no Lácio e na Campânia, mas apenas um ato da longa marcha das *gentes* para o poder: os vinte anos entre a expulsão dos reis e o fechamento do patriciado é ainda um período de relativo florescimento econômico, de um certo arranjo político, com os nomes plebeus nas listas consulares e o fausto “plebeu” do culto de Ceres no Aventino, de expansão territorial de Roma e de acordos políticos e econômicos com Cartago.

Mas a oligarquia patrícia contrabalançava esses desenvolvimentos com um reforço econômico e, sobretudo político, com alianças para uma definitiva conquista política do Estado.

A crise verdadeira estoura em torno de 480 a.C., e envolve economicamente toda a Península Itálica, unida à queda persa (e jônica) e à ascensão siracusana: o florescimento etrusco torna-se gradualmente uma recordação, a queda comercial ataca a estabilidade dos grupos mercantis ligados à plebe, fazem-se necessárias as providências suntuárias²³ fixadas mais tarde pela Lei das XII Tábuas. As riquezas fundiárias não têm mais concorrência (com efeito, o *aes signatum* serviano cai em desuso) e o *golpe* patrício pode ser levado a termo sem dificuldades particulares. A história até 366 a.C. é a da procura de um novo equilíbrio entre as partes em luta, que será obtido com o preço do fim das clientelas patrícias e da decapitação de um movimento plebeu, cujos chefes formarão uma nova aliança com o que restava das orgulhosas *gentes* do patriciado.

Conclusão

A evolução na Península Itálica da posse coletiva primitiva, base da sociedade pré-histórica “sem classes”, à propriedade individual, infelizmente, coloca-se em um nebuloso período anterior ao séc. VIII a.C. Não acreditamos que a documentação arqueológica, para não falar da literária, ofereça elementos decisivos para colocá-la em um momento particular anterior àquela data: as comparações etnográficas, neste sentido, são frequentemente

²³ Relativas à proibição de ostentação.

desencaminhadoras. Nem o último termo possível, o séc. VIII a.C., é um limite seguro, mesmo sendo extraordinariamente sugestivo pela concomitância do nascimento da cidade.

O fenômeno se realizou, pelo menos nas formas políticas controláveis pela tradição literária, de modo lento e progressivo entre a metade do séc. VIII e o início do VII a.C., através do instrumento da clientela e da apropriação do território comum, como pareceria demonstrar a formação das *curiae novae* de tipo gentílico em relação às *curiae veteres*, e portanto, com o tradicional reino de Tulo Hostílio. Neste, a guerra ocupou uma larga parte, bem maior do que os sinesismos²⁴ voluntários.

Na metade do século VII, o sistema clientelístico já era a relação de produção dominante e a figura do pequeno agricultor, que trabalhava no solo comum ou no *heredium* da *família*, estava em posição recessiva ou, se preferirmos, residual. As grandes obras de canalização etrusca são realizações deste período e da organização clientelística. O ápice do sistema pode se fixar na metade do século VII, mas a sua afirmação política se realiza em Roma somente no segundo quartel do século V a.C., quando uma parte da aristocracia fundiária, organizada segundo o sistema político gentílico, aproveitando de uma fase recessiva da economia ou respondendo a esta, toma o poder. Mas o fundamento econômico e a estrutura da sociedade já estavam muito avançados para consentir a longa manutenção do sistema: a presença da cidade e das formas econômicas, sociais e políticas ligadas a esta área da Etrúria meridional e do Lácio, há mais de um século, representavam um obstáculo intransponível à tentativa. A cidade havia atraído massas de estrangeiros, de artesãos, de mercadores, de ex-clientes, de ex-pequenos cultivadores de diverso nível econômico, cultura e social, gradativamente admitidas no interior das estruturas urbanas, massas tão amplas a ponto de resultar dificilmente assimiláveis.

Esta era a situação não só de Roma, mas de grande parte das cidades da Etrúria meridional nas quais a resposta política à presença de um forte movimento urbano se era realizada ou em formas monárquicas (ou seja, tirânicas), como em Ceres e Veios, ou em uma organização alternativa dos *etairai*, não diferente daquela plebéia romana, como em Tarquínia, Vulci, Volsinii: naquelas cidades a conclusão será ou a destruição, como em Volsinii, ou a integração, como em Tarquínia ou em Roma. Mais ao norte, onde a urbanização aparece mais lenta e tardia, a aristocracia conseguirá, até durante todo o século III a.C., realizar o seu desígnio ultra conservador de assimilar em um único feixe, ainda que com estatutos diversos, escravos, plebeus e clientes sob a denominação de *servi*, graças também ao escudo militar romano; somente as revoltas servis do primeiro quartel do século II a.C. convencerão as cidades etruscas do norte a abrir o processo de integração dos *servi*.

²⁴ Do grego, *sinoikismós* (συνοικισμός) συν οικεω = morar junto. Processo de abandono de ocupações proto-urbanas e sua aglutinação em centros que se transformaram em cidades-estado, caso típico da Etrúria tirrênic.